

O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO INTERNO NO INTERIOR DO OESTE PAULISTA: O PAPEL DAS PARAGENS NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XIX

ROSANE CARVALHO MESSIAS
Doutoranda em Sociologia
Unesp – Câmpus - Araraquara

Neste resumo pretendemos fazer uma abordagem geral sobre as atividades exercidas na região de Araraquara, quando era boca de sertão. O objetivo é resgatar a história dessas esquecidas regiões longínquas do sertão paulista. Ressaltamos o importante papel econômico social de suas paragens e freguesias erguidas longe dos mais antigos e prósperos centros urbanos ou agrários, mas estrategicamente situadas próximas às principais estradas que ligavam cidades, regiões e províncias. Destinadas inicialmente a atender aventureiros, viajantes e tropeiros, com uma população de vida precária, instável e itinerante, dedicada à criação de gado, ao cultivo de roças de subsistência, elas foram se transformando ao longo do século XIX e consolidando uma economia própria voltada para o mercado interno. Esse tipo de atividade econômica e a mão de obra que lhe deu sustentação promoveram as bases em que o café seria implantado, daí a importância de analisar os aspectos econômicos e sociais que antecederam a era cafeeira.

Regiões muito distantes e isoladas dos centros urbanos dinâmicos mais antigos eram denominadas “bocas de sertão”. Algumas cidades do Oeste Paulista surgiram como bocas de sertão e transformaram-se em paragens de viajantes. O afluxo de população para o interior com a descoberta do ouro em Mato Grosso no século XVIII promoveu relações comerciais com outras regiões, incentivando o surgimento de povoados que se desenvolveram e tornaram-se importantes locais de ligação para a economia do interior. Essas paragens tinham papel fundamental para a comercialização de mercadorias como também para trocas de informações entre cidades, vilarejos e fazendas.

A região araraquarense, por um período de tempo, foi boca de sertão e tornou-se uma paragem onde provia com produtos de primeira necessidade os viajantes que iam rumo a Cuiabá. Essa prática incentivou o comércio entre diferentes localidades. Além de criar gado vacum e cavalos incentivada pelo promissor mercado agropecuário e produzir gêneros de subsistência, essa região também passou a se dedicar à plantação de cana de açúcar, investindo na produção de aguardente. As bocas de sertão tornaram-se novas fronteiras para os pioneiros que investiram principalmente em setores voltados para o mercado interno. Muitos deles em poucas décadas fizeram verdadeiras fortunas, contrariando a tese de que apenas os produtos de exportação, neste período no Brasil, dariam lucros.

A historiografia tem privilegiado a produção voltada para o mercado externo não dando a devida importância à economia de produção de alimentos e à pecuária. Como observou Linhares & Teixeira, depois de verificarem a reduzida atenção dedicada pelos pesquisadores à agricultura de subsistência e aos mecanismos de formação de mercados: *"estudar essa economia de subsistência, através de sua evolução no tempo e no espaço - expansão e retração de áreas e cultivos, a sua demografia, a organização do trabalho, o*

*regime de posse e uso da terra e as técnicas - seria revelar a face oculta do Brasil, sempre escondida por trás da Casa Grande (por vezes da senzala), do ouro das Gerais, do café ou outro produto - rei, dos coronéis do sertão (...)."*¹

Um estudo das regiões de sertão, em destaque a região araraquarense situada no Oeste Paulista, pode trazer alguns subsídios para essas discussões. Esta região apresentou características específicas ao longo do século XIX: predominavam as pequenas e médias unidades produtoras dedicadas a diversas atividades voltadas para o auto-abastecimento, para o mercado interno e, mais tarde, também para o mercado externo.

Araraquara: uma paragem estratégica

As paragens foram estratégicas e fundamentais para o desenvolvimento do interior da província de São Paulo desde o final do século XVIII e assim continuaram ao longo do século XIX. O transporte de mercadorias durante séculos foi feito por meio de vias fluviais, onde o rio Tietê desempenhou papel significativo até final do século XIX. Nas últimas décadas do século XVIII, o governador da província, Antonio M. de Melo C. Mendonça, preocupado com o isolamento dos sertões, cogitou no povoamento de toda a extensão do rio Tietê. O objetivo era socorrer os viajantes que se destinavam a Cuiabá e Mato Grosso.² De acordo com Gordinho, os sertões araraquarense: *“essa região isolada, distante dos portos e das minas de ouro, onde era muito difícil fazer fortuna, assistia entretanto, à passagem de numerosos paulistas que partiam para Goiás e Cuiabá com suas famílias, seus agregados e seus bugres cativos”*.³

Ao implantar o projeto de povoamento em toda a extensão do Tietê incluiu a região araraquarense: *“para a propagação de vacuns e cavalares não existiam ali os famosos Campos de Araraquara?”* Dessa maneira, o governador passou a incentivar o povoamento da região subsidiando a instalação de casais e a fundação da primeira povoação nesta área de fronteira no Oeste. Casais povoadores vinham providos de gêneros de subsistência por seis meses, ferramentas de lavrar a terra e algumas cabeças de gado.⁴ Esses famosos “Campos de Araraquara” atraíram homens que queriam possuir sua própria sorte de terras⁵ ou sesmaria.

Em 1785, Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho, depois de prestar serviços na Guarda Nacional para a Coroa Portuguesa, obteve da Coroa uma sesmaria com três léguas de quadra nos campos de Araraquara. Esse é um trecho da carta de posse: *“(...) esta minha Carta de Sesmaria virem, que attendi ame representar o Capitam Carlos Bartholomeu de Arruda da Vila de Itú, que nos Campos de Araraquara partindo com as Sesmarias do Doutor Joze Ignacio Ribeiro Ferreira da parte do Norte Seachava huma enceeda de Campos devolutos entre o Rio do Pinhal (...) que apenas pode aCommodar huma Fazenda decriar, que poderá ter tres legoas em quadra; eque elle Suplicante queria possuir por Sesmaria a referida enseada de Campos para nelles criar (...) ao dito Capitam Carlos Bartholomeu de Arruda tres legoas de Campos na paragem chamada Araraquara, (...) aos 30 de Dezembro de 1785.”*⁶

Percebe-se claramente na carta de sesmaria que os “Campos de Araraquara” eram considerados uma área boa apenas para criar, pois assim refere-se *“nos Campos de*

Araraquara (...) se achava uma enseada de campos devolutos, que apenas pode acomodar fazenda de criar.” Mais adiante refere-se a Araraquara como paragem: “*na paragem chamada Araraquara*”. Uma légua de sesmaria em quadra possuía seis mil e seiscentos metros quadrados, e os chamados “Campos de Araraquara” incluíam Araraquara, Jaboticabal, São Carlos, Jaú, Brotas, Dois Córregos, sem limite de sertão adentro.

Transferir-se de uma cidade ou vilarejo significava percorrer longas distâncias, a viagem era difícil, fatigante e muitas vezes perigosa. A extensão territorial brasileira com sua exuberante e desconhecida natureza intimidava até mesmo os grandes desbravadores. Os viajantes optavam por viajar, mesmo demorando dias e até semanas, em canoas ou nos chamados batelões⁷ através do Tietê, o principal e o mais conhecido rio navegável da província de São Paulo. A prática de subir o Tietê com batelões que podiam comportar inúmeras cargas perdurou até o século XIX. À cavalo, os viajantes demoravam até meses pelas picadas perigosas. Nessa difícil empreitada eles necessitavam de alguma pousada onde pudessem comer, descansar ou negociar. Nos longínquos sertões começaram a surgir casas de paragem justamente para servir aos viajantes.

Essas paragens podiam ser ou acomodações construídas pelos próprios fazendeiros que já estavam estabelecidos nestes sertões ou instalações comerciais: “*A estrada de Cuiabá seguia ao lado do rancho e da venda do ‘Inacinho Mineiro’, (...) seguindo pelo traçado da estrada velha de Araraquara*”.⁸ Souza observa que os tropeiros paravam nos pousos e recorriam a ferradores, estrategicamente instalados junto às vendas dos caminhos mais percorridos onde também se vendia milho para os animais.⁹

Muitos fazendeiros ao implantarem suas fazendas nestes lugares esquecidos e longe de qualquer civilização planejavam a casa de morada contendo várias acomodações, pois muitas delas seriam destinadas aos viajantes e tropeiros. Esses homens faziam parte do ciclo vital desses sertões. Eram eles que supriam as mais diversas necessidades, hoje inimagináveis talvez. Aos fazendeiros cabia o papel de recebê-los, dar pousada e alimento, sabiam da necessidade do comércio feito através desses homens, fossem viajantes nacionais ou estrangeiros, caixeiros-viajantes, ou tropeiros. Em São Carlos, “*em 1830, José Carlos Botelho dava início à construção de uma casa grande como às da época que, além das dependências da família, tinham um espaço reservado para servir de pousada aos viajantes que faziam travessia daqueles sertões*”.¹⁰

Nestas paragens situadas no sertão do Oeste Paulista desenvolviam-se diversas atividades para atender às diferentes necessidades dos que se dirigiam à região mineradora. Nos primeiros tempos, afirma Costa, a cana de açúcar, o algodão, os cereais, o feijão, a mandioca, e a criação de porcos, constituíam os produtos básicos da economia dessas paragens.¹¹ O crescimento do comércio de diversos artigos de primeira necessidade, de gêneros alimentícios e o desenvolvimento da economia criatória proporcionou a transformação das bocas de sertão em regiões importantes para o desenvolvimento da província, com uma *economia própria* estrategicamente voltada para o mercado interno.

Criadores e agricultores

No início do século XIX, a região araraquarense começou a despontar para o mercado da pecuária e, em seguida, para a produção de alimentos. O desenvolvimento da economia criatória em Araraquara não ocorreu como no nordeste brasileiro, onde a economia açucareira favoreceu o surgimento de uma segunda economia, a criatória, traçando uma interdependência entre elas.¹² O caminho seguido em Araraquara foi no sentido inverso. A economia criatória favoreceu o surgimento das paragens, da produção de gêneros alimentícios, do comércio de produtos de primeira necessidade e paralelamente, o cultivo da cana de açúcar.¹³ Uma produção voltada principalmente para a economia interna.

Nos primórdios de Araraquara, durante o século XVIII, a população local desenvolveu lavouras de alimentos, na época, chamada “plantas para o gasto” concomitantemente com a criação de gado *vaccum e cavallar*. No oitocentos, a partir de 1809, quando os registros de demarcações das grandes sesmarias começaram a ser legalizados, a economia criatória continuava em expansão e paralelamente eram cultivadas as antigas culturas de milho, arroz, feijão e mandioca. Já nesse início “*a posição de liderança assumida pelo grupo de criadores e lavradores era justificada pela soma de seus bens, pela extensão de suas terras, pelo volume de seus rebanhos, pela sua capacidade de arremeter trabalhadores livres ou escravos, pelas ofertas de garantia e segurança.*”¹⁴

De acordo com o Quadro Estatístico da Província de São Paulo, organizado por Daniel Pedro Müller, em 1836/1837, Araraquara produzia na época açúcar, aguardente, arroz, feijão, fumo, algodão em rama e milho. Havia também criação de gado e porcos. Segundo Müller, a produção de açúcar era de 440 arrobas, a produção de arroz era de 1.735 alqueires, de feijão 3.654 alqueires. Produzia-se ainda 61.131 alqueires de milho, 157 alqueires de fumo e 84 alqueires de algodão em rama. Foram fabricadas 70 canadas de aguardente. Em relação ao gado, Müller relata que havia 287 cabeças de gado cavalariço, 2.667 cabeças de gado *vaccum*. Os porcos faziam o montante de 5.883 cabeças.¹⁵

Müller também fornece dados de produção para municípios próximos à Araraquara. Vejamos alguns exemplos a título de comparação: São Carlos (antiga denominação de Campinas) produzia 8.801 arrobas de café, 158.447 arrobas de açúcar, 7.399 canadas de aguardente, 3.672 alqueires de arroz, 952 alqueires de farinha de mandioca, 21.015 alqueires de feijão, 96.786 alqueires de milho e 358 arrobas de fumo. Quanto à criação de gado Campinas produziu 221 cabeças de gado cavalariço, 29 cabeças de muar, 687 cabeças de gado *vaccum*, 134 gado lanigero e 3.137 porcos.¹⁶

Campinas já produzia café, mas na época o principal produto era a cana de açúcar. Campinas era o maior produtor de açúcar de São Paulo, neste período, os dados dão uma dimensão da produção ainda incipiente de Araraquara. A produção de gêneros de primeira necessidade aparece em quantidade expressiva, contudo o setor econômico voltado para a pecuária era pequeno, ao contrário da região de Araraquara que apresentou um maior investimento na pecuária e gêneros de primeira necessidade.

Porto Feliz, bem mais próximo a Araraquara, não investia na pecuária e sua produção de gêneros de primeira necessidade era incipiente, investira mais no açúcar e no café: 990 arrobas de café, 73.113 arrobas de açúcar, 560 canadas de aguardente, 468 alqueires de arroz, 40 alqueires de farinha de mandioca, 1027 alqueires de feijão, 20.180 alqueires de milho, 25 medidas de azeite de amendoim, 190 arrobas de fumo e 20 arrobas de algodão em rama. A produção de arroz, feijão, milho e algodão era maior em Araraquara do que em Porto Feliz. A produção de café, açúcar, aguardente e fumo, produtos de grande comercialização era maior em Porto Feliz.

Os produtos comercializados pelos fazendeiros araraquarenses como feijão, milho e porcos já faziam parte da alimentação brasileira desde o século XVI. Na época, em São Vicente a variedade era o arroz e a carne de vaca e de porco. O feijão, o milho e a mandioca, plantas indígenas, constituíam, pois, o que se poderia chamar triângulo básico da alimentação caipira, alterando-se mais tarde com a substituição da mandioca pelo arroz.¹⁷

No universo rural, as plantas para o gasto de fácil acesso, aves de criação e carne de animais selvagens eram encontrados na natureza sempre à mão. O depoimento de Antônio de Pádua Corrêa revela os hábitos alimentares das pessoas que moravam nas fazendas araraquarenses durante o século XIX. Baseavam-se naquilo que tinham em suas hortas e nos animais e aves domésticas que criavam e em outros tantos que caçavam, como, por exemplo, codornas, perdizes, mutum, coati, cotia, paca, veados, antas e capivaras. Caçavam também cateto, porco-do-mato, macacos, tatu, lagarto, raposa, esta muito apreciada pelos negros, lontra, ariranha, onça parda e pintada.¹⁸ Percebe-se a quantidade de opções de carnes de diferentes bichos que um morador rural podia ter em sua mesa se dedicasse um domingo para caçar ou pescar. O rio Mogi Guaçu oferecia cascudo, piraicanjuba, dourado, piaba, bagre e lambaris. Os legumes mais freqüentes eram a couve, juquiri, serralha, chicória, chicorião, almeirão, agrião d'água, mostarda, caruru, cenouras, quibebe, repolho, alguma alface, abobrinha, chuchu, maxixe, cambuqira, batata doce, mandioca, jiló, inhame, cará, palmito. Contudo consumia-se pouca carne de vaca, o habitual era carne de porco, frita em pedaços, em lingüiça ou pernis.¹⁹

O Quadro Estatístico da Província de São Paulo de 1836/1837 demonstra que, desde esta época, surgiram os fazendeiros que fizeram as “plantas para o gasto” perderam a característica de itinerante, de quintal, passando a ser produzidas em quantidades suficientes para serem comercializadas. Os agricultores investiram também no arroz, produto já consumido no mercado interno. Porcos e burros faziam o montante das cabeças. A carne de porco era uma das carnes mais apreciadas, o toucinho gerava a banha, base para o cozimento de qualquer alimento. Burramas eram usadas como transporte, individual, comercial e para os trabalhos da lavoura. Praticamente em todo o território brasileiro o transporte animal predominava e, sem dúvida, constituiu-se num importante segmento econômico.

O comércio interno desenvolvido nas regiões longínquas, muitas vezes de difícil acesso, foi fundamental para o desenvolvimento econômico do interior da província de São Paulo. Estes locais afastados começaram a formar uma rede imensa de pequenos municípios que se interligavam e possuíam as mesmas características econômicas: plantas para o gasto, uma tímida criação de animais e desenvolviam comércio irregular de artigos

de primeira necessidade. Com o passar dos anos perdiam essa característica de paragem e começavam a participar do mercado interno.

Segundo Fragoso, no final do século XVIII a economia colonial já apresentava indícios bastante significativos da dinâmica e de uma lógica peculiar do *mercado interno* voltado para o abastecimento de regiões dominadas pelo sistema *plantation*, aquelas que não se auto-abasteciam, e aos mercados urbanos. Esse mercado interno era dinâmico, como também independente de flutuações externas, ou seja, não era a demanda do mercado exportador que determinava o crescimento ou não do mercado interno. Esse mercado se caracterizava essencialmente pela produção de gêneros alimentícios e economia criatória. Em vários trechos de seu trabalho, o autor refere-se à falta de pesquisa de base em certas regiões importantes para o entendimento dessa economia interna “paralela” à *plantation* seja na era colonial, seja posteriormente.²⁰

Taunay revela que, durante o ano financeiro de 1835 a 1836, o preço da arroba de toucinho era similar ao preço da arroba do ouro. Saíram do porto de Santos 24.685 toneladas de toucinho avaliadas em 66.897\$966 réis, o mesmo número de toneladas de ouro 24.685 avaliadas em 66:897\$860 réis. Os artigos derivados do gado, como o couro, contaram com 2.058 peças avaliadas em 5:355\$980 e 3.252 solas que também alcançaram a casa dos cinco contos de réis: 5:203\$200.²¹

Havia atividades ligadas ao comércio interno que, “possuíam taxas de acumulação empresarial compatíveis com o comércio externo (...). Tal é o caso dos negócios de gado bovino e muar feitos à grande distância, que uniam a Corte a São Paulo e Rio Grande do Sul”.²² Os pecuaristas da região araraquarense, no Oeste Paulista, não tinham motivos para abandonar suas criações de animais para investir em produtos da agroexportação. Os preços dos animais mantinham-se na média aumentando paulatinamente. É o que revela o exame dos preços das cabeças durante a década de 1830 a 1860. Por exemplo, os suínos em 1830 custavam 1\$000 e, em 1860, passaram a valer seis vezes mais: 6\$500. No caso dos bovinos, o preço médio duplicou: em 1830 custava 11\$400 e, em 1860, passou a custar 23\$000.

Tabela 1: *Preços de animais. Araraquara, 1830-1860*

Década	Bovinos	Eqüinos	Suínos	Caprinos
1830	11\$400		23\$800	1\$000 \$932
1840 1\$000	14\$000		24\$000	1\$400
1850 1\$000	20\$000		35\$000	6\$000
1860 1\$400	23\$000		32\$000	6\$500

Fonte: dados extraídos de CORRÊA, *História social de Araraquara*, p. 72

Os negócios com a pecuária eram dinâmicos e prósperos, produziam lucros e incentivaram a acumulação. Durante a década de 1830, as maiores fortunas inventariadas na região de Araraquara foram de criadores. Maria Lapa de Souza possuía uma fortuna calculada em 20:350\$560 (vinte contos, trezentos e cinquenta mil, quinhentos e sessenta mil réis). Antônio Luís da Costa, conhecido na região como grande pecuarista, aparece nas listas de votantes durante 15 anos como criador. Possuía uma fortuna avaliada em 15:558\$540 (quinze contos, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e quarenta réis); em terceiro lugar o criador Luís Antônio Gonçalves com um montante de 5:980\$350 (cinco contos, novecentos e oitenta mil, trezentos e cinquenta réis).²³

Ainda na década de 1840 as maiores fortunas inventariadas em Araraquara pertenciam aos proprietários que criavam gado, cultivavam gêneros alimentícios e cana de açúcar. São eles: Manoel Joaquim Pinto de Arruda, seus bens estavam avaliados em 32:474\$480, Maria Teodora de Andrade em 15:266\$800 e João Barbosa de Camargo com 10:529\$820 de bens inventariados.²⁴

Os criadores araraquarenses voltaram-se para o mercado que ia além das fronteiras do município, expandindo e desenvolvendo a economia criatória que acabou tornando-se uma tradição. A cana de açúcar e gêneros alimentícios continuaram a dividir espaço com o gado. Essa diversificação das atividades econômicas ocorria de uma maneira geral no espaço do município, mas também dentro de uma mesma propriedade, o que levou alguns estudiosos a denominá-las “fazendas mistas”.²⁵

Na década de 1850, as fazendas mistas, ou seja, as de criar com lavouras, continuavam a prevalecer nos inventários de maior valor. É o caso das propriedades de Francisca de Paula Morais cujos bens foram avaliados em 56:629:180, Luís Caetano de Sampaio em 47:078\$680 e Francisco de Paula Rodrigues em 42:568\$720.²⁶ O montante dessas fortunas continuava a demonstrar claramente como esses setores voltados para a economia interna favoreciam a acumulação.

Segundo Taunay, em 1854 Araraquara possuía “*vastos campos em que se promovia a industria pastoril em grande escala, carecia esta industria de melhoramentos em beneficio da espécie vaccum. Possuía 4 fazendas de café, dando mais de duas mil arrobas no valor de 6:000\$000; 12 engenhos de açúcar com uma produção de 5 mil arrobas e 10:000\$000; e 50 fazendas de criação de gado*”.²⁷

A consolidação da atividade de criação de gado é indicada pelo fato de haver comercialização com outras regiões. De acordo com Corrêa, a economia criatória, desde o princípio, em 1817, tinha como objetivo a produção de laticínios, como atestam as anotações de venda de queijos e de bois. Nestes registros consta a indicação que “exportou”. Nesse período qualquer comercialização feita além das fronteiras do município dizia-se que “exportou”. Em se tratando de venda de bois, é de se supor que essa venda destinava-se a um mercado fora da região. Os porcos alcançaram grande valorização em 1850. Os rebanhos de suínos, além de sua importância para o consumo local, eram também destinados à “exportação”. Além dos rebanhos, exportava-se também o toucinho, gênero alimentício importante. Em 1859, o único artigo da região que foi registrado como tendo

sido exportado foi justamente o toucinho. Em 1852 a região exportou 13.000 porcos e 1.000 reses.²⁸

Quanto ao mercado consumidor da própria região, verificamos um aumento na comercialização de carnes. A quantidade de reses abatidas foi aumentando de acordo com os anos, e o número de criadores reduzindo-se, é o que demonstrou a documentação de reses abatidas no Matadouro Municipal de Araraquara. Entre 1860 a 1865, numa média entre 9 a 7 criadores abateram um total de 345 reses. Entre 1871 a 1879, uma média de 5 a 3 criadores abateram um total de 651 reses. Portanto, passou a haver uma maior concentração de cabeças nas mãos de poucos criadores. Com certeza, o aumento populacional incentivou o crescimento do consumo de carne. Em 1837, a população araraquarense contava com 2.333 pessoas livres e 395 cativos, perfazendo um total de 2.728.²⁹ No início da década de 1870, a população total araraquarense girava em torno de 21.504 habitantes.³⁰ A função do Matadouro Municipal era o corte de carne para prover a área urbana, como também atender aos criadores que comercializavam a carne.

Os engenhos de açúcar

A cana de açúcar começou a ser plantada na região logo após a pecuária ter obtido resultados, pois os registros dos “engenheiros do açúcar” datam do início do século XIX. Os lavradores da região de Araraquara já demonstravam interesse pelo cultivo da cana desde 1825 quando “*Manoel Joaquim Pinto de Arruda, dono da sesmaria do Ouro explorava a indústria pastoril e cultura de canna de assucar. Luiz Caetano de Sampaio, em 1836, comprou a fazenda Boa Vista das Almas, dedicou-se a cultura da canna e indústria pastoril, construiu um dos primeiros engenhos de canna “Engenho Velho”.*”³¹

O Quadro Estatístico da Província de São Paulo de 1836/1837 revela um começo tímido, apenas 70 canadas de aguardente.³² A cana de açúcar já começa a dividir espaço com os gêneros alimentícios e com a criação de animais. Em 1840, Joaquim Lourenço Corrêa, comprou a sesmaria do Lajeado, dedicando-se inicialmente à criação de gado e depois ao cultivo da cana.³³ Nove fazendeiros fizeram o mesmo. Apenas uma década depois, em 1850, foi que mais oito fazendeiros se aventuraram no cultivo da cana de açúcar.³⁴

Em relação ao Oeste Paulista, de acordo com Dean, os fazendeiros “*não possuíam capital e não podiam nem ao menos acompanhar as técnicas retrógradas dos engenhos da costa, e tinham de pagar custos mais altos de transporte (...). Ao contrário do que ocorria no nordeste onde havia numerosos reideiros e cultivadores sem engenhos, em São Paulo, quase toda a cana era cultivada pelo proprietário do engenho em sua terra e com seus escravos.*”³⁵

Esses problemas talvez tenham contribuído para os "engenheiros do açúcar" optarem por produzir aguardente, já que não podiam concorrer com o nordeste açucareiro no fabrico do açúcar. A produção de aguardente, em regiões não tradicionais do açúcar, para atender à demanda brasileira é um fenômeno pouco observado na historiografia. A província de São Paulo, no começo do século XIX passou a liderar outras regiões na exportação de aguardente. A entrada de cargas no porto do Rio de Janeiro entre 1812 a

1822 revela que entre as regiões voltadas para o abastecimento interno da colônia, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, a província de São Paulo era a única região que produzia aguardente.³⁶

De acordo com Taunay, a província de São Paulo realizava uma grande massa de transações com a praça do Rio de Janeiro, “cerca de 2.400 contos num total de 2.872:972\$039. No anno financeiro de 1835-1836 ainda o assucar o gênero tradicionalmente produzido em São Paulo, preponderava sobre o café. (...)assucar 96.730 arrobas no valor de 1.180:115\$514. Café 76.336 arrobas no valor de 266:588\$166. No oeste ainda superava o assucar. Campinas, 83 engenhos e apenas 9 fazendas cafeeiras. Itu, 93 engenhos. Mogy-Mirim, 35 engenhos. Capivari, 52 engenhos. Jundiahy 29 engenhos. Porto Feliz 76 engenhos. Piracicaba, 78 engenhos”.³⁷

A cultura canavieira expandiu por alguns municípios, como Sorocaba, Mogi-Guaçu, Jundiaí, Itú e Campinas. Estes dois últimos tomaram impulso expressivo no mercado exportador apenas na primeira metade do século XIX.³⁸ Os demais municípios do Oeste Paulista não tinham como acompanhar os outros concorrentes.³⁹ A produção de açúcar, em 1836, ainda sobrepujava o café em alguns municípios paulistas. Jundiahy produziu 1.276 arrobas de café e 11.800 arrobas de açúcar. Campinas produziu 8.081 arrobas de café, e 158.447 arrobas de açúcar. Itu produziu 1.052 arrobas de café, e 91.956 arrobas de açúcar. Porto Feliz produziu 990 arrobas de café, e 73.113 arrobas de açúcar. Araraquara não produziu café, mas 440 arrobas de açúcar.⁴⁰

Em 1852, a Câmara Municipal informou ao governo Provincial, a situação da região de Araraquara em relação aos seus engenhos de açúcar. Segundo foi relatado, as propriedades açucareiras eram pequenas, trabalhando nelas 2 ou 4 escravos e mais as pessoas da família do proprietário. Havia 16 fazendas de cana. Segundo Corrêa, a produção visava o consumo interno e apenas duas exportavam.⁴¹ Taunay aponta 12 engenhos de açúcar com uma produção de 5.000 arrobas, para o ano de 1854.⁴² Talvez fosse mais compensador produzir em pequena escala para o consumo local e vender o excedente a preços compatíveis com a realidade econômica da região, pois observa Corrêa: “a prosperidade se processava de modo muito lento atingindo apenas alguns elementos. A maior parte da população continuava a se dedicar à lavoura de subsistência, cultivando o milho, o feijão e o arroz ou a criar algumas cabeças de gado, reduzindo ao máximo os bens de consumo”.⁴³

Essa abordagem geral que fizemos sobre as atividades econômicas exercidas na região de Araraquara, ainda como bocas de sertão, seja na produção de alimentos, da aguardente ou na pecuária, tem como objetivo resgatar a história dessas esquecidas paragens longínquas do sertão paulista. Diferentemente do que se imaginava, não eram apenas paragens e freguesias fragilmente erguidas longe dos mais antigos e prósperos centros urbanos ou agrários. Destinadas inicialmente a atender viajantes e tropeiros, com uma população instável e itinerante, dedicada ao cultivo de roças de subsistência e criação de gado, elas foram se transformando ao longo do século XIX e consolidando uma economia própria, com uma economia diversificada, próspera com uma dinâmica integrada às necessidades do mercado interno. Esse desenvolvimento contribuiu para a moldar uma estrutura fundiária baseada nas pequenas e médias propriedades. Essa

estrutura de uma certa forma viria condicionar as bases das relações de trabalho que continuaram a perdurar posteriormente quando a expansão cafeeira atingiu a região integrando-a à economia agroexportadora.

Mão de obra preponderante numa economia voltada para o mercado interno

A economia voltada para a pecuária e gêneros alimentícios geralmente utilizava trabalhadores livres e poucos escravos. É o que demonstra alguns estudos em diferentes regiões voltadas para esse tipo de economia. Por exemplo, os dados para Minas Gerais indicam que, entre 1831 a 1840, foram feitos censos, em 20 mil domicílios, dos quais 66,7% não contavam com um único escravo. Em 6.583 domicílios onde encontravam-se escravos, a concentração dessa mão de obra se dava em plantéis de 3 a 5 cativos. De acordo com Fragoso, o baixo índice das relações escravistas na economia mineira deve-se em parte à economia assentada na agropecuária ligada ao mercado interno e ao trabalho de base familiar.⁴⁴

Paiva da Costa constatou o mesmo fenômeno ao estudar o município de Bananeiras, na Paraíba no século XIX. Através da análise dos inventários *post-mortem* para o período, Paiva da Costa, verificou que, entre 1830-1888, os setores ligados à produção de algodão ou cana, voltados para a exportação, apresentavam uma população escrava em torno de 64%. A outra parte menor da população cativa, 36%, estava ligada ao cultivo de mandioca e criação de gado em pequena escala. Um outro ponto importante revelado na análise da autora é que apesar do setor açucareiro ocupar o maior número de escravos, alguns senhores de engenho operavam com reduzidíssimos plantéis, e alguns *não possuíam nenhum*.⁴⁵

Em Taubaté, na região do norte paulista, os estudos de Rangel revelam que *"os agregados constituíam os elementos mais humildes da população livre, pois além de viverem de favor, em sua maioria não possuíam escravos: 459 em 518 domicílios (88,6%) não possuíam escravos.(...) Dentre os proprietários de terra, 128 possuíam 1034 escravos e o restante, em número de 236, não possuíam escravos. Logo, em sua imensa maioria, os proprietários de terra não possuíam escravos."*⁴⁶ Esses estudos focalizando Minas Gerais, Bananeiras e Taubaté revelam que o emprego de mão de obra escrava podia depender do tamanho da propriedade, da finalidade de produção e, das condições do mercado para os gêneros produzidos e quantidade.

Há indícios para se dizer que a região araraquarense apresentou quadro semelhante ao de outras áreas voltadas para a economia de gêneros alimentícios e criatória. Além de um pequeno número de escravos, agregados e camaradas constituíam a mão de obra no princípio das atividades de criação e plantio de víveres alimentícios na região. Em 1811, em Araraquara, havia 12 escravos e 17 agregados. Em 1818 havia 54 escravos e 100 agregados. Em geral, o número de agregados era de 2 ou 3 por morador. Em fazendas maiores havia maior concentração de nacionais livres, na fazenda do Padre Joaquim Duarte havia em 1815, 6 agregados, na Fazenda de Francisco Xavier havia 23 agregados. Em 1818 havia, no município, 54 escravos e 100 agregados, de acordo com Corrêa.⁴⁷

Nos anos finais da década de 1830, quando a cultura de gêneros alimentícios e a pecuária já estavam consolidados, a população cativa, de 54 escravos existentes em 1818, subiu para 395 escravos. Quanto à população livre, Müller apresentou o seguinte quadro: 1.249 homens e 1.116 mulheres num total de 2.365 livres.

O universo das relações humanas não se define somente nos números, nas estatísticas. Nessas longínquas “bocas de sertão” os laços sociais perpassam fundamentalmente pelo núcleo familiar, onde senhores, administradores, agregados, camaradas e escravos conviviam na unidade produtiva num relacionamento estreito: *“Quanto aos camaradas condutores de tropas, embora estivessem a maior parte do tempo pelas estradas, o trabalho desses tropeiros faziam parte regularmente do pessoal da fazenda. Nas suas atribuições incluíam-se as curtas e simples viagens aos centros próximos até condução de uma grande e complexa caravana por caminhos longos e difíceis”*⁴⁸

Os aventureiros à procura do ouro durante o século XVII, nas novas minas cravadas no Mato Grosso, necessariamente passavam por Araraquara, a boca de sertão estratégica para se abastecerem, descasarem, ou mesmo trocar de animais ou outros produtos. Esses transientes, por mais desenraizados que fossem, deixavam suas histórias e experiências, possivelmente alguns destes viajantes aqui resolveram começar novos empreendimentos. A região mato-grossense no início do século XIX, assim como Araraquara, desenvolveu o mesmo tipo de economia - pecuária extensiva e agricultura de alimentos. Essas novas fronteiras tinham a mesma característica econômica e tudo leva a crer que também possuíam o mesmo tipo de organização de e mão de obra baseada mais no trabalho livre e contando menos com trabalho escravo.

Fragoso afirma que a agropecuária organizava as relações sociais de trabalho de duas maneiras: a primeira, não se fundava no assalariamento, mas num tipo de relação em que o trabalhador era remunerado pela concessão de um lote de terra de onde retirava sua subsistência - a chamada *roça de subsistência*. A segunda, quando se empregava na condição de camarada recebia um pequeno pagamento monetário. Na pecuária encontrava-se o “sistema de quarta”, pelo qual o vaqueiro recebia um quarto das crias do gado que estivesse sob seus cuidados.⁴⁹

Segundo Furtado, *“dentro da economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar devia encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A ‘roça’ era a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário (...)”*⁵⁰

Estudos para outras regiões, como Minas Geras, Bananeiras e Taubaté, têm revelado que a mão de obra empregada na economia criatória e cultura de gêneros alimentícios era constituída basicamente de mão-de-obra livre nacional. A agricultura de gêneros alimentícios tinha como base fundamental o trabalho familiar, geralmente os trabalhadores eram os proprietários ou famílias de agregados. Estes últimos, sem embargo, eram indivíduos que não tinham acesso à própria terra e viviam de favor nas fazendas, prestando diversos tipos de serviços ao proprietário.⁵¹

O mesmo acontece com cultura da cana de açúcar nesta região araraquarense que dividia espaço com a cultura de gêneros alimentícios e a pecuária, apresentando um quadro de organização de mão de obra, em que alguns cativos trabalhavam juntamente com agregados e familiares proprietários. A forma como a mão de obra se organizava determinava um universo rural constituído por códigos, por um cotidiano rico em detalhes que por vezes passou despercebido por aqueles que privilegiam em seus estudos áreas em que o cativo é a mão de obra predominante.

Araraquara faz parte daqueles municípios que começaram tardiamente a implantação do café, entrando num mercado já bastante competitivo dominado pelas antigas zonas cafeeiras. Contudo, os fazendeiros da região não abandonaram os antigos setores econômicos voltados para o mercado interno. O café não veio substituir um setor econômico em decadência, dividiu espaço com a criação de animais a cana e a produção de alimentos delineando a configuração econômica araraquarense – voltada para o mercado interno juntamente com o externo. Essa economia se pautou em uma base fundiária específica onde predominavam as pequenas e médias propriedades. O predomínio das pequenas e médias propriedades na região araraquarense foi devido ao aleatório e sistemático desmembramento das antigas sesmarias que redundou numa enorme “colcha de retalhos” causando o definhamento de sua fronteira para a expansão cafeeira. Os fazendeiros e foram obrigados a adquirir terras para o café em diversos locais e diferentes tamanhos. Isso não significa que não existiam as grandes fazendas ou latifúndios, porém eram poucos. Em Araraquara, por exemplo, o fazendeiro Germano Xavier de Mendonça possuía uma fazenda em Anhumas com 200 alqueires, outra de 800 alqueires no Ribeirão da Ponte Alta, outra de 300 alqueires na Posse do Meio, outra de 400 alqueires na Monte Cristo, outra de 600 alqueires junto a Foz de Anhumas, outra de 100 alqueires nas Cruzes.⁵²

A idéia de que as novas fronteiras para o café no Oeste Paulista era a possibilidade incondicional de uma exploração sistemática de terras sem o risco de retração da expansão por limitação de espaço físico, não é a realidade em algumas regiões cafeeiras. O exemplo de Araraquara pode ilustrar essa questão, pois continuou o processo de desmembramento das propriedades até o final do século XIX, e, apenas no início do século XX alcançou alguns proprietários o modelo de *plantation*.

Com a promulgação da Lei de terras em 1850, os proprietários foram obrigados a regularizar suas propriedades. Através das declarações de títulos de terras dos fazendeiros araraquarenses o processo do desmembramento aleatório das sesmarias aparece claramente nas entrelinhas. Os limites geográficos das propriedades eram demarcados de acordo com a capacidade do declarante de exprimir-se. Francisco de Paula Nantes descreve os limites de seu sítio da seguinte forma: " (...) *sou senhor e possuidor das terras (...) sitas no Bairro de tres pontes na fazenda denominada Jatahy as quaes terras dividemse pelo ribeirão das tres pontes vindo adito do correço, e suas vertentes rio abaixo, desviando com Manoel Pereira de Souza pelo paredão que tem na beira do seleiro e arrodando as cabeceiras com Salvador Lemos Soares, e da parte de cima com o mesmo vendedor, e descendo pelo meio de água abaixo da barriga (...)*".⁵³

Ora, hoje em dia essas delimitações seriam absurdas e sem sentido legal, e com certeza, motivo para provocar risos. O Sr. Francisco possuía um sítio dentro de uma outra fazenda a Jatahy e os limites de suas terras terminavam quando entrava-se no rio e a água

chegasse até a barriga, daí acabavam suas terras! Impressionante a falta de precisão. Um outro caso é de José Joaquim Torres, que conseguiu seu título de terras mesmo se recusando a mencionar suas divisas ainda que precariamente.

Um meio bastante utilizado, até hoje, era tentar delimitar as terras de acordo com as terras de outros. No entanto as informações dadas eram com frequência incompletas. É o caso de Joaquim Lourenço Corrêa que declarou possuir uma sesmaria com as seguintes demarcações: *"para o norte a sesmaria de Antônio; ao leste a de Dona Brites Maria Gavião, ao sul com a do Laranjal e ao leste com as do Ouro e Cruzes. Assim mais um sítio na sesmaria do Lageado a leste com Francisco de Paula Correa, ao sul com Antonio Ribeiro e outro ao Leste com Antonio Garcia, Francisco Lopes Ferraz (...)"*.⁵⁴

Ora, quem seria esse Antônio que possui uma sesmaria sem nome e que faz divisa com o declarante? Meses mais tarde esse Antônio podia vender suas terras; qual seria a validade desse título de terras? Declarou também que seu sítio fazia divisa com duas outras sesmarias que eram, naturalmente, enormes ou já estavam completamente desmembradas; como as autoridades poderiam localizá-la?

Mesmo sendo essas delimitações territoriais geograficamente imprecisas o discurso dos proprietários de terras revela a hierarquia de posses. Em outras palavras, analisando as declarações percebe-se quem possuía grandes lotes de terras e aqueles que possuíam pequenos lotes de terras. Os grandes proprietários se declaravam sempre *"senhor e possuidor"* de sesmarias ou fazendas. E o caso de Joaquim Lourenço Correa, antigo proprietário de terras na região araraquarense que assim declarou: *"sou senhor e possuidor das terras seguintes nesta Freguesia huma sesmaria com duas legoas de testada e legoa e meia de sertão com a denominação de Lageado."* Francisco Alves Nantes também declara: *"Eu abaixo assignado sou senhor e possuidor das terras seguintes, nesta freguesia (...)"*.⁵⁵

Os que possuíam partes de terras que não chegavam a ter dimensões de fazenda nem de sesmaria assim declaravam-se *"posuo uma parte de terras no ribeirão das Anhumas"*. É o caso de Francisco Antônio Dias que fez sua declaração aos 28 de fevereiro de 1855. Manoel Antônio Ferraz declarou ser proprietário *"de humas terras no bairro do Jacaré contendo 50 alqueires na sesmaria do José Manuel Ferraz."*; Joaquim de Sampaio Peixoto, em 1856, tinha terras no Chibarro. Havia aqueles que denominavam suas terras de sítio, ao que tudo indica, um sítio devia possuir dimensões maiores que apenas *"humas terras"*. José Lourenço Rabelo declarou possuir um sítio, em 1856, denominado Cachoeira de São Lourenço.⁵⁶

Percebe-se também a preocupação de alguns em provar que eram donos das terras declarando inclusive seus antigos donos e quanto pagou. Candido José do Valle trouxe o antigo dono de suas terras para declararem juntos. O antigo dono, José Cassiano da Silva, havia sido posseiro destas terras, talvez essa fosse a preocupação maior de Candido José do Valle. Veja o depoimento: *"Digo abaixo assignado José Cassiano da Silva e minha mulher Maria Joaquina de Moraes que entre os meus bens que poucos valores e possuidores e bem assim uma fazenda (...) a que havemos por posse que dela fizemos, e desfrutado com algumas plantações a doze annos mais ou menos a qual fazenda de campo casa sem lance de casa coberta de palha, cerrados, capoeiras (...) como de fato vendido a Candido José do Valle pelo preço e quantia de quinhentos e cinquenta e cinco, e cento e noventa e cinco mil réis da factura desta alta"*.⁵⁷

Luís Antônio Ferreira também chamou para sua testemunhar os antigos donos de suas terras: "(...) *cujas terras assim decididas fora por mim compradas a Freitas Francisco Nantes, e sua mulher Anna Francisca da Luz em dezeseis de janeiro de mil oito centos e cincoenta e dois por escriptura particular da mesma data e já declaradas assim cujas terras hoje pertencem a Luís Antonio Ferreira por compra que fez a Francisco de Paula Nantes = assim rogo de Francisco de Paula Nantes, Antonio Alves Nantes.*"⁵⁸

Em outro caso, os declarantes afirmaram que as terras que possuíam foram compradas e que elas faziam parte de uma herança: "*cuja parte de terra comprei de Joaquim Francisco da Silva, que as levou por herança de seu finado pai, Angelo da Cunha e para constar mando passar a presente em duplicata na forma da lei*", declarou José Joaquim Torres em 28 de fevereiro de 1855. No mesmo dia Francisco Antonio Dias afirmou: "*posso huma parte de terras (...) cuja parte possui por compra que fez a José Pereira de Moraes e sua mulher que os mesmo houverão por herança de seus Pais e Sogros Manoel Joaquim Jugler e para contar mandei passar perante uma duplicata em forma de lei.*"⁵⁹

Estar dentro dos preceitos da lei preocupavam também aqueles que queriam deixar, ainda em vida, parte de suas terras aos filhos ou netos. O Conde de Pinhal, Antônio Carlos de Arruda Botelho veio declarar em janeiro de 1856 que deixava parte das terras de sua sesmaria para o órfão Bento Carlos de Arruda Botelho: "*(...) por Antônio Carlos de Arruda Botelho, me foi apresentado em títulos de termos de terra as formas seguintes: o orphão Bento Carlos de Arruda Botelho pegam na fazenda do Pinhal tres partes nas terras, e sem feitorias (...) todas na importância de tres contos, quatro contos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta réis.*"

Entre 1855 a 1866, foram declarados 640 títulos de terras situadas na Villa de São Bento de Araraquara. Nos poucos exemplos que apresentamos foi possível perceber a precariedade de como eram feitos esses registros e a hierarquia da classe agrária, onde os pequenos proprietários de terras tinham muito mais preocupação em fazer valer suas declarações. Os grandes sesmeiros declararam despreocupadamente suas terras "*posso huma sesmaria com duas legoas de testada e legoa e meia de sertão, com a denominação de Lageado comprada a meo Pai José Joaquim Correa da Rocha(...).*"⁶⁰ Se comprou mesmo do seu pai, o declarante não apresentou a "duplicata em forma de lei". Documento obrigatório em terras adquiridas por compra e por heranças. De quem seu pai comprou a sesmaria? Foi doação da coroa?

O problema das propriedades rurais não terem delimitações precisas, e medidas exatas, remonta ao início da colonização portuguesa e atravessa o século XX. Portanto, essa região não é uma exceção. A existência desses documentos, as declarações de títulos de terra, mostram a realidade de um país, de sua história que chega a ser no mínimo intrigante, onde uma pessoa legaliza suas terras declarando que elas vão até onde "*(...) descendo o meio d' água até a barriga (...).*"⁶¹ São novas fronteiras de então, não têm divisas reais, elas existem até aonde o poder do dono, ou do que se diz dono, pode alcançar. Fragoso afirma, que regiões de fronteira são áreas novas utilizadas para a expansão de um produto promissor no mercado, e o fator determinante é a disponibilidade de terras, e que o paulista tinha diante de si uma fronteira aberta, o que já não ocorria no Vale do Paraíba do Sul Fluminense: "*Naquelas novas terras encontramos agentes similares aos antigos comerciantes de grosso trato (...) os fazendeiros de São Paulo era homens de negócios (...) cuja acumulação (...) procedia de diversos segmentos do mercado (...).*"⁶²

Nossa análise das fontes revela que, quem possuía pecúlio para comprar uma grande fazenda, o fazia, quem possuía poucos recursos comprava "*huma parte de terra*". Vimos claramente nas declarações de títulos de terras, que além do desmembramento sistemático das grandes sesmarias, as novas fronteiras abriam possibilidades de adquirir propriedades de tamanhos variados. Podemos constatar que no período de 1855 até 1866, havia uma quantidade expressiva de proprietários que possuía apenas parte de terra.(...) "*posso ter uma parte de terra, cita no Bairro Chibarro, as quaes não menciono a diviza (...)*"⁶³.

Neste período, meados do século XIX, onde as grandes extensões de terras pareciam ser dominantes, esperava-se uma maior concentração de grandes fazendas e latifúndios. Mais uma vez o que podemos constatar é que a maioria das declarações foram de "partes de terras" e sítios, onde possivelmente sobreviviam da cultura de alimentos e criações de alguns animais. A ocupação territorial da região de Araraquara ocorreu a partir do século XVIII através de doações feitas pelo governo Imperial de imensas sesmarias como a Chibarro, Lajeado, Cruzes, Ouro, Almas, Pinhal, Monjolinho, Cambuhy, para citar algumas. Estas sesmarias, como já foi observado foram retalhadas em milhares de partes de terras: grandes, médias ou pequenas.

A estrutura fundiária peculiar dessa região influenciou a formação das chamadas fazendas mistas onde a criação de animais, a cultura de alimentos e cana de açúcar dividiam o mesmo espaço. A economia da região voltada para o mercado interno tinha como quadro preponderante de mão de obra poucos escravos, trabalho familiar e agregados. Nesse quadro insere-se também o reflexo da estrutura fundiária que redundou numa concentração de pequenas e médias propriedades que também foram as bases para a implantação do café, diferentemente de outras regiões onde o latifúndio cafeeiro era predominante.

As paragens, as bocas de sertão foram fundamentais para o desenvolvimento do interior do Oeste Paulista ligando e promovendo o comércio entre províncias, regiões, cidades, vilas, freguesias e fazendas. Apresentaram algumas delas, como por exemplo a região araraquarense, uma dinâmica econômica voltada para o mercado o interno que resultou no seu próprio crescimento independentemente do mercado externo. O café na região chega tardiamente como produto complementar das atividades econômicas, apenas com o passar dos anos o café sobrepujou os antigos setores econômicos do mercado interno, mas não os substituiu totalmente.

FONTES

Alistamento de votantes 1847 - 1868 Arquivo Histórico Casa da Cultura, Araraquara. Manuscrito.

Matadouro Municipal: registro de reses abatidas 1860-1885. Arquivo Histórico Casa da cultura, Araraquara. Manuscrito.

Registros de terras das província de São Paulo, 1855-1866. Arquivo Estado de São Paulo. Manuscrito. RT02

BIBLIOGRAFIA

CANDIDO, A . *Os parceiros do rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.

- CORRÊA, A .M.M. *História social de Araraquara*. São Paulo, 1967. Dissertação (Mestrado), FFCL, Usp.
- COSTA, E.V. *da senzala à colônia*. São Paulo, Difel, 1966.
- DEAN, W. *Rio Calor: um sistema de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FRAGOSO, J.L. O império escravista e a república dos plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais que uma *plantation* escravista-exportadora. In LINHARES M.Y. (org.) *História Geral do Brasil* . 6ª edição, Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- _____. *Homens de grossa aventura. Dominação e hierarquia da praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- FRANÇA, A . *Álbum de Araraquara, 1915*. João Silveira, 1915.
- FRANCO, M.S.C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, I.EP,1969.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 24ª edição, São Paulo, Nacional, 1991.
- GORDINHO, M.C. *A casa do Pinhal*. São Paulo, s.ed. 1985.
- HOLANDA, S.B. *Monções*. 3ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1991.
- LINHARES, M.Y. & SILVA, F.T. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MOURA. C. E. (org.) *Vida cotidiana em São Paulo no séc. XIX*. Fundesp e outros, 1998.
- MÜLLER, D.P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª edição. São Paulo, Governo do Estado. 1978.
- NEVES, A . *álbum comemorativo do centenário da ferrovia: São Carlos na esteira do tempo, 1884-1984*. s.ed. s.d.(Biblioteca Municipal Amadeu Amaral, São Carlos)
- PAIVA DA COSTA, D. *Herança e ciclo de vida. Um estudo sobre a família e ciclo de vida em Campinas, 1765-1850*. Niterói, 1977. Tese(Doutorado), UFF.
- RANGEL, A . Dilemas da historiografia: a repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX, In *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, V.28,n.2,1999, p357-361.
- SANTOS, R. *Término do escravismo na província de São Paulo, 1885-1888*. São Paulo, 1972. Dissertação (Mestrado), Usp.
- SOUZA, L.M. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- TAUNAY, A . *História do café no Brasil imperial, 1822-1872*. Tomo I, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939.

Notas:

¹ LINHARES, M.Y.& SILVA, F.T. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 119.

² HOLANDA, S.B. *Monções*, 3ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1991. p. 39

³ GORDINHO, M. C. *A casa do Pinhal*. São Paulo, s.ed.1985. p. 13.

⁴ HOLANDA, S.B. *Monções*, p. 39-40.

⁵ Segundo Paiva da Costa, “uma sorte de terras traduz uma tradição em relação à posse de parcelas de terras que se dava através de um sorteio entre herdeiros. Esse significado tem origem em Portugal na região Trás-os-Montes. No Estado de São Paulo, ‘huma sorte de terras’ significava uma parte de terra, uma sesmaria, um lote”. PAIVA DA COSTA, D. *Herança e ciclo de vida. um estudo sobre a família e ciclo de vida em Campinas, 1765-1850*. Niterói, 1977. Tese (Doutorado), UFF. p. 178

⁶ GORDINHO, *A casa do Pinhal*, p. 17 e p. 177.

⁷ Batelões são grandes barcas para transporte de artilharia e cargas pesadas. No Mato Grosso, significa o oposto. canoa pequena. FERREIRA, A B. H. *Pequeno dicionário da língua portuguesa*. 11ª edição, Rio de Janeiro, 1974.

⁸ NEVES, *Álbum comemorativo do centenário da ferrovia, 1884-1984. São Carlos na esteira do tempo* s.ed. s.data. (Biblioteca Municipal Amadeu Amaral, São Carlos) p. 2.

⁹ SOUZA, L.M. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. SOUZA, L.M. (org.) In *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo, cia das Letras, 1998 , p. 64.

¹⁰ GORDINHO, *A casa do Pinhal*, p. 29. Dean também aponta Araraquara e Rio Claro como “bocas de sertão” no sentido de primeiramente servirem de ponto estratégico para viajantes rumo a Cuiabá, Mato Grosso. DEAN, W. *Rio Claro: um sistema de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 21.

¹¹ COSTA, *Da senzala à colônia*. São Paulo, Difel, 1966, p. 21.

¹² “A economia açucareira no nordeste brasileiro, incentivou uma segunda atividade econômica - a criatória “ sendo a criação nordestina uma atividade dependente da economia açucareira, em princípio era a expansão desta que comandava o desenvolvimento daquela (...). Da mesma forma, no século XVII, a expansão da atividade mineira comandará o extraordinário desenvolvimento da criação do sul (...) ao contrário do que ocorreria no nordeste, onde se partiu de um vazio econômico para a formação de uma economia pecuária dependente da açucareira, no sul a pecuária preexistiu à mineração. A economia mineira abriu um novo ciclo de desenvolvimento para atividade pecuária (...)”. FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 24ª edição, São Paulo, Nacional,1991. p. 59-77.

¹³ Esses produtos chamados de primeira necessidade eram geralmente manufaturados, como o sal, açúcar, carne seca, farinha de mandioca, aguardente, fumo de corda (ou rolo), querosene, cobertores de lã, capas para proteger do frio e da chuva, arreios, celas, ferraduras, etc.

¹⁴ CORRÊA, *História social de Araraquara*. São Paulo, 1967. Dissertação(Mestrado) FFCL, Usp,p. 32- 3 e p. 61.

¹⁵ MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d’um quadro estatístico, da Província de São Paulo*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª edição, São Paulo, Governo do Estado, 1978. p. 127.

¹⁶ MÜLLER, *Ensaio d’um quadro estatístico*, p. 127.

¹⁷ O arroz branco asiático foi cultivado aqui desde o século XVI, mas sua cultura só se generalizou com o Marques de Pombal em meados do século XVIII. CANDIDO, *Os parceiros do Rio Bonito*, p. 48-52.

-
- ¹⁸ BIERRENBACH, N.B. Como se vivia nas vilas e fazendas antigas. In MOURA, C.E. (org.) *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. Fundesp e outros, 1998. p. 179.
- ¹⁹ BIERRENBACH, Como se vivia nas vilas e fazendas antigas, p. 179.
- ²⁰ O primeiro argumento baseia-se em estudos sobre antigas regiões do Rio de Janeiro, o segundo abrange a inserção de regiões do país num mercado interno atuante. FRAGOSO, J.L. *Homens de grossa aventura Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998. Capítulo I. FRAGOSO, Império escravista e a república dos plantadores, In LINHARES, M.Y. (org.) *História Geral do Brasil*. 6ª. edição, Rio de Janeiro, Campus, 1990, p. 145-233.
- ²¹ TAUNAY, A . *História do café no Brasil imperial, 1822-1872*. Tomo I, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939. p. 107.
- ²² Isso não significa, afirma o autor, que não existiam práticas monopolistas no comércio interno a curta e média distância. FRAGOSO, O império escravista e a república dos plantadores, p.158.
- ²³ Dados fornecidos por CORRÊA, *História social de Araraquara*, p. 75.
- ²⁴ CORRÊA, *História social de Araraquara*, p. 75.
- ²⁵ CORRÊA, *História social de Araraquara*, p. 33-72.
- ²⁶ CORRÊA, *História social de Araraquara*, p. 75.
- ²⁷ TAUNAY, *História do café*, p. 176.
- ²⁸ Dados fornecidos por CORRÊA, *História social de Araraquara*, p. 33-72.
- ²⁹ MÜLLER, *Ensaio d'um quadro estatístico*, p. 141.
- ³⁰ SANTOS, R. M. *Término do escravismo na província de São Paulo 1885-1888*. São Paulo, 1972. Dissertação (Mestrado) USP. (Fonte: Relatório Central de Estatística 1888 D.A.E.S.P.)
- ³¹ FRANÇA, *Álbum de Araraquara*, p. 64-5 e p. 73.
- ³² MÜLLER, *Ensaio d'um quadro estatístico*, p. 127.
- ³³ CORRÊA, *História social de Araraquara*, p. 66.
- ³⁴ Em 1840, os nove fazendeiros que passaram a cultivar cana juntamente com a criação de gado foram: Carlos José Botelho, José Joaquim de Sampaio, Antônio Ferraz de Camargo, Luciano Ribeiro de Almeida, Cristóvão Corrêa e Castro, José Antônio do Amaral Campos, João Marins Peixoto, Antônio Pais de Arruda e Manuel José do Amaral. Os fazendeiros que iniciaram a cana em 1850 foram Joaquim José de Abreu Sampaio, Germano Xavier de Mendonça, Francisco de Paula Corrêa da Silva, João Aranha do Amaral, João Batista do Amaral Campos, Amâncio Gomes Ramalho, João de Almeida Leite Morais e Luís Bernardo Pinto Ferraz. CORRÊA, *História social de Araraquara*. p. 66.
- ³⁵ DEAN, *Rio Claro*, p. 40.
- ³⁶ FRAGOSO, *Homens de grossa aventura*, p.88-90
- ³⁷ TAUNAY, *História do café*, p. 106 e p. 197.
- ³⁸ Eisenberg faz um estudo específico sobre Campinas e sua participação no mercado exportador, publicado em EISENBERG, P. *Homens esquecidos*. São Paulo, Unicamp, Campinas, 1977, ver p. 343-389.
- ³⁹ Sobre ver PETRONE, *A lavoura canavieira em São Paulo*, p. 12-45.
- ⁴⁰ TAUNAY, *História do café*, p. 103.

⁴¹ Neste período, o termo “exportava” referia-se à comercialização para fora dos limites municipais. Os dados sobre a mão de obra e a quantidade de fazendas de açúcar foram fornecidos por CORRÊA, *História social de Araraquara*, p. 68 e p. 74.

⁴² TAUNAY, *História do café*, p. 176

⁴³ CORRÊA, *História social de Araraquara*, p. 74.

⁴⁴ Contudo, adverte Fragoso, esses números não nos devem dar uma imagem distorcida de Minas; esta, ao longo do século XIX, constituiu a maior província escravista do país. FRAGOSO, O império escravista e a república dos plantadores, p. 157.

⁴⁵ PAIVA da COSTA, D. Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos: uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não-exportadoras. In *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, V.26, n.1, 1999. p. 111-136.

⁴⁶ RANGEL, A. Dilemas da historiografia paulista: a repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX. In *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, V.28, n.2, 1999. p. 357-361.

⁴⁷ CORRÊA, *História social de Araraquara*, p. 35

⁴⁸ FRANCO, *Homens livres na ordem escravocrata*, p. 63- 68.

⁴⁹ FRAGOSO, O império escravista e a república dos plantadores, p. 181.

⁵⁰ Para o autor o setor de subsistência possuía uma mínima densidade econômica. FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, p. 120.

⁵¹ Sobre Minas Gerais ver FRAGOSO, O império escravista e a república dos plantadores, p. 157; sobre o município de Bananeiras, conferir PAIVA DA COSTA, Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos, p. 111-136; sobre Taubaté ver RANGEL, Dilemas da historiografia paulista, p. 357-361.

⁵² CORRÊA, *História social de Araraquara*, p. 153.

⁵³ Arquivo Estado de São Paulo, São Paulo. (Manuscrito). RT02, *Registros de terras da província de São Paulo, 1855-1866*.

⁵⁴ Arquivo Estado de São Paulo, São Paulo. (Manuscrito). RT02, *Registros de terras da província de São Paulo, 1855-1866*.

⁵⁵ Arquivo Estado de São Paulo, São Paulo.(Manuscrito) RT02, *Registros de terras da província de São Paulo, 1855-1866*.

⁵⁶ Arquivo Estado de São Paulo, São Paulo.(Manuscrito).RT02, *Registros de terras da província de São Paulo, 1855- 1866*.

⁵⁷ Arquivo Estado de São Paulo, São Paulo.(Manuscrito). RT)2, *Registros de terras da província de São Paulo, 1855-1866*.

⁵⁸ Arquivo Estado de São Paulo, São Paulo. (Manuscrito). RT02, *Registros de terras da província de São Paulo,1855-1866*.

⁵⁹ Arquivo Estado de São Paulo, São Paulo. (Manuscrito). RT02, *Registros de terras da província de São Paulo,1855- 1866*.

⁶⁰ Arquivo Estado de São Paulo, São Paulo. (Manuscrito). RT02, *Registros de terras da província de São Paulo, 1855-1866*.

⁶¹ Arquivo Estado de São Paulo, São Paulo. (Manuscrito). RT02, *Registros de terras da província de São Paulo, 1855-1866*.

⁶² FRAGOSO, O Império escravista e a República dos plantadores, p. 153 e p. 265.

⁶³ Arquivo Estado de São Paulo, São Paulo.(Manuscrito). RT02, *Registros de terras da província de São Paulo, 1855-1866.*